



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA ESTADUAL**

**EDITAL DE DOAÇÃO N. 01/2016/MPF/PR-TO**

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, sediada na Quadra 104 Norte, Rua NE 03, Conjunto 02, Lote 43, CEP 77.006-018, Palmas-TO, torna público aos interessados que procederá ao desfazimento dos bens elencados no Anexo I deste Instrumento, em atendimento às determinações contidas no Item 15 e seguintes da Instrução Normativa nº 001/1993/MPF/SG/SA.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1.1. O presente Edital contempla o desfazimento de bens ociosos/recuperáveis e irrecuperáveis, em lotes distintos, conforme descrito no Anexo I.

**CLÁUSULA II – DA MANIFESTAÇÃO**

2.1. Os interessados deverão encaminhar solicitação à Senhora Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado do Tocantins (Ministério Público Federal), no endereço Quadra 104 Norte, Rua NE 03, Conjunto 02, Lote 43, CEP 77.006-018, Palmas-TO, mediante o modelo constante no Anexo II deste Instrumento, ou por meio eletrônico direcionado à [prto-selog@mpf.mp.br](mailto:prto-selog@mpf.mp.br), indicando os lotes de seu interesse, ordenando-os pelo critério de preferência e/ou necessidade.

**CLÁUSULA III – DO PRAZO**

3.1. O prazo para manifestação dos interessados é de até 15 (quinze) dias corridos, a partir da publicação deste Edital.

**CLÁUSULA IV – DO ATENDIMENTO**

4.1. Considerando a legislação vigente, os bens móveis **ociosos e recuperáveis** pertencentes ao acervo patrimonial da Procuradoria da República no Estado do Tocantins serão doados aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federal.

4.2. Considerando a legislação vigente, os bens móveis **irrecuperáveis** pertencentes ao acervo patrimonial da Procuradoria da República no Estado do Tocantins serão doados para entidades privadas, sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

4.3. No caso das entidades privadas, sem fins lucrativos, de mesma natureza ou categoria, a classificação far-se-á na seguinte ordem de prioridade:

- a) associações e cooperativa de catadores;
- b) aquela que possuir maior tempo de certificação como utilidade pública federal; e
- c) aquela que possuir maior tempo de estatuto.

**CLÁUSULA V – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

5.1. Havendo mais de um interessado em um mesmo lote, da mesma ordem de prioridade, serão

observados os critérios de ordem de preferência e de distância geográfica, respectivamente, da seguinte forma:

**5.1.1.** o interessado mais próximo do órgão signatário deste Edital terá preferência, fazendo jus ao lote de seu maior interesse; e

**5.1.2.** o órgão/entidade/instituição contemplada com um lote de bens/materiais só fará jus a outros lotes caso não haja demais interessados.

## **CLÁUSULA VI – DA CLASSIFICAÇÃO**

**6.1.** Findo o prazo para manifestação dos interessados, será publicada no Portal da Transparência do MPF, no endereço eletrônico: <http://www.prto.mpf.gov.br/transparencia>, a ordem de classificação dos órgãos e/ou entidades interessados, abrindo prazo para o primeiro colocado apresentar a documentação necessária à doação, que será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação.

## **CLÁUSULA VII – DA DOCUMENTAÇÃO**

**7.1.** Para as Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a documentação consistirá em:

I - requerimento do responsável pela entidade;

II - cópia de inscrição no CNPJ;

III - cópia da certidão de reconhecimento de utilidade pública federal;

IV – cópia do Termo de Parceria, no caso das OSCIPS;

V - prova de regularidade relativa aos débitos trabalhistas e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

VII - cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado em órgão oficial e atualizado.

**7.2.** A não apresentação da documentação no prazo estabelecido no Edital implicará eliminação da Instituição do procedimento de doação, seguindo-se a convocação do próximo na ordem de classificados.

**7.3.** A documentação de que tratam os incisos II, V e VI do item 7.1 desta cláusula poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos em que os bens doados forem avaliados até R\$ 80.000,00, nos termos do § 1º do art. 32 c/c alínea "a" do inciso II do art. 23, ambos da Lei 8.666/1993.

## **CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**8.1.** O órgão ou a entidade que tenha recebido bens em doação nos 12 (doze) meses anteriores à publicação do Edital somente será classificado se não houver outros interessados.

**8.2.** As despesas com o carregamento e transporte dos materiais correrão por conta do solicitante e a retirada deverá ser efetuada pelo donatário no local onde se encontrarem os bens, em data e horário previamente convencionados pelo doador.

**8.2.1.** Caso o Donatário não cumpra o prazo, o doador poderá desclassificá-lo e convocar o próximo interessado.

**8.3.** A manifestação de interesse em receber os bens disponibilizados para doação, divididos em lotes, implicará a aceitação de todos os itens constantes do respectivo lote e no estado de conservação em que se encontrarem.



**8.4.** O órgão/entidade e/ou instituição privada contemplada com a doação deverá apresentar relatório com registros fotográficos, até 90 dias após o recebimento, no qual deverá ser demonstrada a correta destinação dos bens/materiais recebidos, tendo em vista o art. 25 da Lei 12.305/2010, a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento").

**8.4.1.** Enquanto o Relatório previsto no item 8.4 não for apresentado, o órgão/entidade e/ou instituição privada ficará impedida de pleitear nova doação no Ministério Público Federal.

**8.5.** Após o período de 1 (um) ano, a contar da data de recebimento dos bens, o órgão/entidade e/ou instituição privada deverá apresentar relatório de utilização dos bens, com registros fotográficos, e, se for o caso, da destinação adequada, na forma da lei.

**8.6.** O não atendimento das disposições previstas na Lei 12.305/2010 ou de seu regulamento, independentemente da existência de culpa, obriga os infratores a reparar os danos causados, sem prejuízo das sanções previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998.

**8.7.** Os casos omissos porventura existentes serão resolvidos em conformidade com a legislação vigente.

**8.8.** As eventuais dúvidas devem ser dirigidas ao Setor de Logística – SELOG, no endereço eletrônico [prto-selog@mpf.mp.br](mailto:prto-selog@mpf.mp.br).

Palmas-TO, 02 de agosto de 2016.

  
**Georgete Cardoso Pereira Maia**  
Secretária Estadual

